

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do  
Sistema Carcerário e Socioeducativo  
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

# EXPEDIENTE

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**DESEMBARGADORA NÉLIA CAMINHA JORGE**

**VICE - PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**DESEMBARGADORA JOANA DOS SANTOS MEIRELES**

**CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA**  
**DESEMBARGADOR JOMAR RICARDO SAUNDERS FERNANDES**

**SUPERVISORA DO GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA**  
**CARCERÁRIO E SOCIOEDUCATIVO - GMF**  
**DESEMBARGADORA LUIZA CRISTINA NASCIMENTO DA COSTA MARQUES**

**JUÍZA COORDENADORA DO GMF**  
**ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO**

**JUÍZES E JUÍZAS COLABORADORES DO GMF**  
**EDSON ROSAS NETO**  
**GLEN HUDSON PAULAIN MACHADO**  
**JOÃO GABRIEL CIRELLI MEDEIROS**  
**JULIANA ARRAIS MOUSINHO**  
**LARISSA PADILHA RORIZ PENNA**  
**LUÍS CLÁUDIO CABRAL CHAVES**  
**RÔMULO GARCIA BARROS SILVA**  
**ROSÁLIA SARMENTO GUIMARÃES**  
**SAULO GÓES PINTO**

**SECRETÁRIA DO GMF**  
**FERNANDA PRISCILLA PEREIRA CALEGARE**

**SERVIDORES E SERVIDORAS COLABORADORES DO GMF**  
**ADAMS PASCARELLI; ADRIEL SARAIVA SARKIS; ANA MARIA DA SILVA; ANNE CAROLINE**  
**DA SILVA MACEDO; CARLOS ADRIAN CORREA; DANIEL KLEBER SANTOS DE FREITAS;**  
**FELIPE BATISTA DAS CHAGAS; FERNANDA PRISCILLA PEREIRA CALEGARE; GABRIELLA**  
**FERREIRA DE ANDRADE MARTINS; GUILHERME PINA ROCHA; INARA LUZIA MORAES DE**  
**SOUZA; ISABELLE DOS SANTOS PERASA RIBEIRO; IZANDRO AUGUSTO COHEN DA SILVA;**  
**JAIME PIRES DA COSTA SILVA; MARIA DO CÉU DO VIANA; MAYARA VANESSA GOMES**  
**RODRIGUES MARTINS; MIRIAN FALCÃO DA SILVEIRA ROLIM; NIVIA TATIANA DA SILVA**  
**TEÓFILO; PAULO MÁRCIO SILVA DE CASTRO; RAPHAEL GUIDÃO MARQUES; RENATO**  
**FERREIRA RIBEIRO MATTA; TECLA AUIP CADDAH.**

**ESTAGIÁRIOS DO GMF**  
**LARA BEATRIZ BELÉM OLIVEIRA E FÁBIO HENRIQUE VIANA JORDÃO**

**PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA (CNJ/PNUD) - AMAZONAS**  
**LUANNA MARLEY DE OLIVEIRA E SILVA**  
**YAN BRANDÃO DA SILVA**

**ELABORAÇÃO**  
**ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO**  
**FERNANDA PRISCILLA PEREIRA CALEGARE**  
**LUANNA MARLEY DE OLIVEIRA E SILVA**  
**YAN BRANDÃO SILVA**



# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>04</b>
<b>2 BREVE CONTEXTO DO AMAZONAS</b>	<b>05</b>
<b>3 EIXOS DE ATUAÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>4 GRUPOS DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAIS</b>	<b>08</b>
<b>5 ATUAÇÃO JUNTO AO SOCIOEDUCATIVO</b>	<b>15</b>
<b>6 PROPORCIONALIDADE PENAL</b>	<b>19</b>
<b>7 CIDADANIA, EXECUÇÃO PENAL E TEMAS TRANSVERSAIS</b>	<b>22</b>
<b>8 FORTALECIMENTO DO GMF</b>	<b>30</b>
<b>9 AÇÕES DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO</b>	<b>37</b>
<b>10 MUTIRÃO JURÍDICO E SOCIAL</b>	<b>44</b>
<b>11 EVENTOS FORMATIVOS E CAPACITAÇÕES</b>	<b>49</b>
<b>12 EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA</b>	<b>52</b>
<b>13 PUBLICAÇÕES E RELATÓRIOS</b>	<b>54</b>
<b>14 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>55</b>
<b>ATUAÇÃO DO GMF/TJAM EM NOTÍCIAS</b>	<b>56</b>

# 1 INTRODUÇÃO

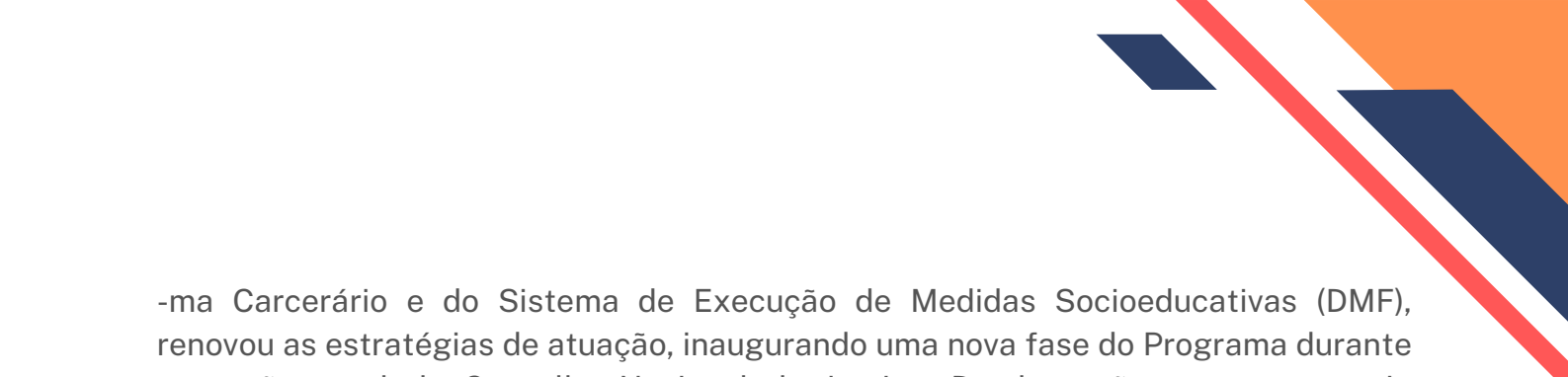
Criado em 2009, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo - GMF do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), foi instituído pela Resolução n. 005/2009- TJAM, tendo suas atribuições aprimoradas por meio da Resolução n. 20, de 28 de janeiro de 2010 - TJAM.

O GMF realiza ações que têm por objetivo a ressocialização de pessoas privadas de liberdade, egressos e egressas do sistema prisional e de pessoas com medidas e penas alternativas, bem como realiza o acompanhamento das prisões provisórias e da execução penal, fiscalizando as condições dos estabelecimentos penais. Destacam-se, dentre as ações, a atuação voltada para o fortalecimento e a efetividade da Lei de Execuções Penais, no que concerne à instalação e ao funcionamento dos Conselhos da Comunidade nas Comarcas do Estado do Amazonas. Além disso, a atuação do Grupo Permanente de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo - GMF/TJAM também se volta para a fiscalização e o monitoramento do Sistema Socioeducativo, fomentando e articulando ações que visem efetivar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Para a enfrentar o “estado de coisas inconstitucional” que caracteriza a privação de liberdade no Brasil, conforme reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 347, considerando a situação das pessoas privadas de liberdade (sejam adolescentes, jovens e adultos) no Amazonas, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por meio do GMF, assinou o Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça para implementação das iniciativas do Programa Justiça Presente (atualmente Fazendo Justiça), no ano de 2019, tendo permanecido vigente até o ano de 2023.

O Programa Fazendo Justiça é uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) visando desenvolver ações estruturantes com impactos no exercício da atividade jurisdicional no âmbito da justiça criminal e socioeducativa.

A partir do ano de 2024, com o amadurecimento das iniciativas e no quarto ano de projeto, o CNJ, por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Siste-



-ma Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), renovou as estratégias de atuação, inaugurando uma nova fase do Programa durante a gestão atual do Conselho Nacional de Justiça. Desde então, com a parceria consolidada, o compromisso com a implementação de ações em cada território baseia-se na escolha das atividades e na manifestação de interesse pela continuidade da parceria e pela recepção de assistentes técnicas(os) do Programa.

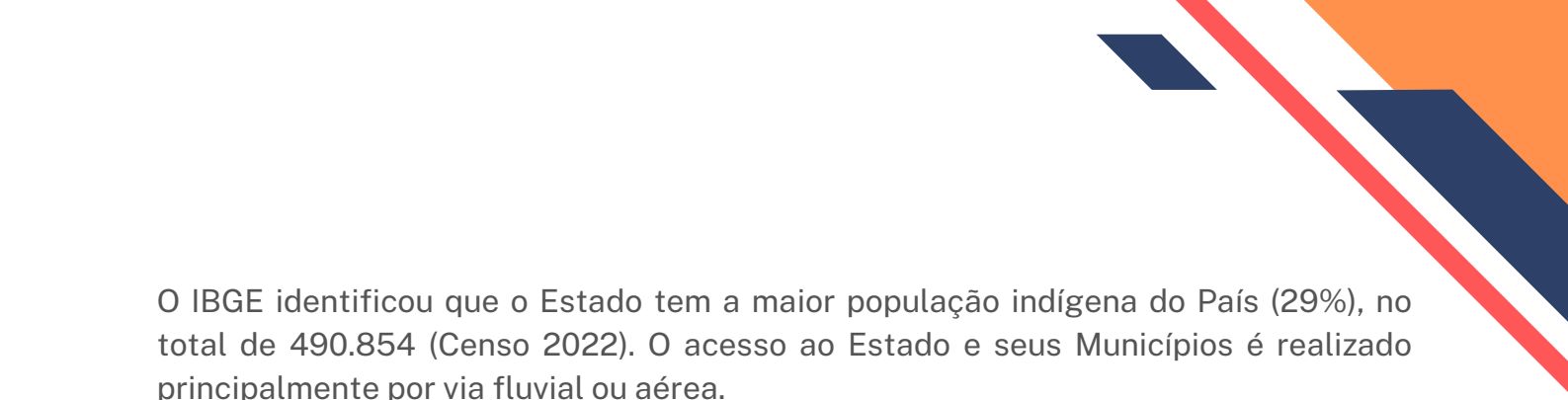
Para o ano de 2024, o GMF/TJAM elaborou um plano de ação, com objetivo de apresentar as propostas de ações estratégicas a serem desenvolvidas pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do TJAM, alinhadas às metas definidas pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça e as demais normativas nacionais e internacionais relacionadas ao aprimoramento da Justiça Criminal e Socioeducativa.

Para o cumprimento de sua missão no sentido de promover a garantia dos direitos fundamentais das pessoas em privação ou restrição de liberdade, o GMF/TJAM se articulou tanto com os órgãos que compõem o Sistema de justiça criminal, com órgãos que são responsáveis pelas garantias básicas do cidadão, como saúde, educação, esporte e cultura, bem como com a sociedade civil. Ao todo, mais de **80 reuniões foram realizadas**, sempre considerando a diversidade de atores como magistrados(as), servidores(as), secretários(as), prefeitos, deputados(as), assessores(as), diretores(as), promotores(as), defensores(as), advogados(as), gestores e sociedade civil, além de reuniões internas do GMF/JAM e reuniões ordinárias dos GTI's, que dispõem de um calendário anual.

Assim, a atuação do GMF no ano de 2024 se deu no sentido de contribuir para a superação do estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário e socioeducativo no Amazonas.

## 2 BREVE CONTEXTO DO AMAZONAS

O Estado do Amazonas é composto por 62 municípios, configurando-se como o maior em área territorial do país, com 1.559.161.682 quilômetros quadrados. O Estado encontra-se, em termos de índices de densidade demográfica do país, com 2,23 habitantes por quilômetro quadrado, tendo uma população, de acordo com o Censo 2022, de 3.941.175 habitantes.



O IBGE identificou que o Estado tem a maior população indígena do País (29%), no total de 490.854 (Censo 2022). O acesso ao Estado e seus Municípios é realizado principalmente por via fluvial ou aérea.

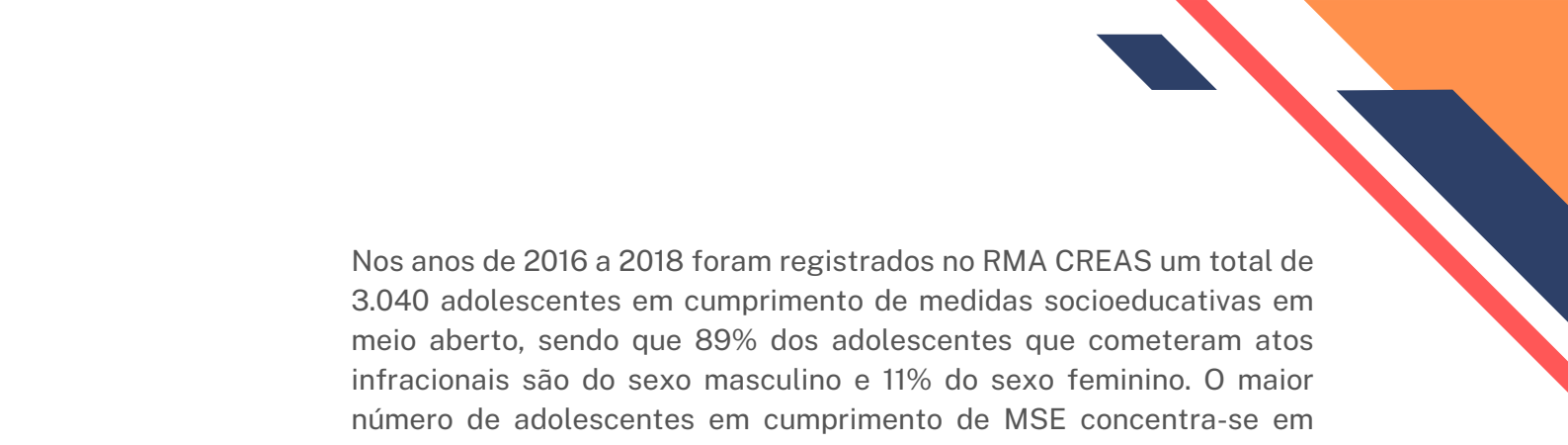
## **2.1 Sistema Prisional**

Atualmente, existem 8 Unidades Prisionais na capital e 8 no interior do Estado, nos Municípios de Coari, Humaitá, Itacoatiara, Maués, Parintins, Tabatinga e Tefé. Conforme dados disponibilizados pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), até o dia 20 de dezembro de 2024, no Amazonas, a população carcerária correspondia a 12.297 pessoas, com déficit de vagas de 117%. Verifica-se que 22% (2.734) estão privados de liberdade provisoriamente. Em relação aos presos/as condenados/as, 26% (3.252) encontram-se em regime fechado, 28% (2.221) no semiaberto (monitoração eletrônica), 24% (3.007) no aberto e 7 pessoas foram colocadas em medida de segurança (0,1%).

Dados da Secretaria de Audiência de Custódia em Manaus demonstram que do mês janeiro até setembro de 2024, 6.039 pessoas custodiadas tiveram a legalidade da sua prisão em flagrante ou cumprimento de mandado de prisão analisados, onde foram relatados 777 casos de violência policial (ou tortura). Do total de prisões analisadas, 36,75% das pessoas presas em flagrante tiveram a prisão preventiva decretada, 46,00% foram colocadas em liberdade provisória, 11,36% em monitoração eletrônica, 4,17% das prisões foram relaxadas e em 0,32% dos casos foi decretada a prisão domiciliar (em sua maioria, mulheres).

## **2.2 Socioeducativo**

Em relação à execução de Medidas Socioeducativas (MSE) para adolescentes em contexto infracional, conforme manifestação Técnica da Secretaria do Estado de Assistência Social (SEAS), 16 (dezesesseis) municípios estão cadastrados e recebem cofinanciamento federal para execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, da Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e da Liberdade Assistida – LA. Além disso, no que concerne ao cofinanciamento estadual, identificamos 56 (cinquenta e seis) municípios. Esse serviço visa a atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto determinadas judicialmente. Conforme o Diagnóstico Socioterritorial do Estado do Amazonas, da Secretaria do Estado de Assistência Social (SEAS):



Nos anos de 2016 a 2018 foram registrados no RMA CREAS um total de 3.040 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, sendo que 89% dos adolescentes que cometeram atos infracionais são do sexo masculino e 11% do sexo feminino. O maior número de adolescentes em cumprimento de MSE concentra-se em Manaus, com percentual de 74,28% (2.258) do total, seguido de Manacapuru, com 6,91% (210). (p. 216).

Salienta-se que a execução de acautelamento provisório e medidas socioeducativas de semiliberdade e internação são cumpridas na Comarca de Manaus. Nesse sentido, há 1 (uma) Unidade de Internação Provisória, 1 (um) Centro Socioeducativo de Semiliberdade, 3 (três) Centros Socioeducativos para internação (sendo um direcionado para adolescentes do gênero feminino ou que se auto declarem transexuais, transgêneros ou travestis.) Atualmente, as unidades socioeducativas no Amazonas não apresentam superlotação, operando com 60% da sua capacidade total.

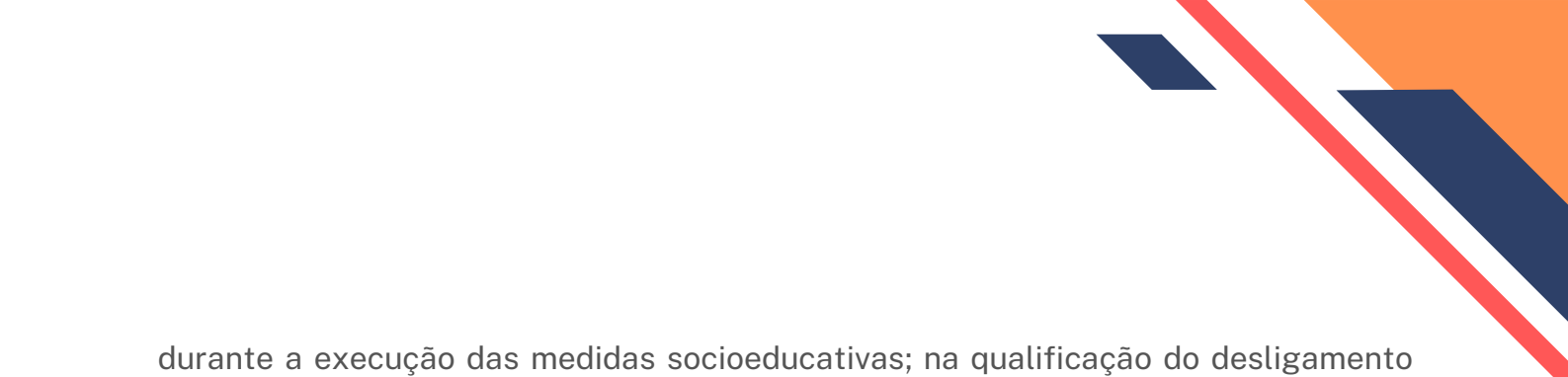
No ano de 2024 foram realizados 4 ciclos de Audiências Concentradas nas unidades de internação e semiliberdade, totalizando 82 (oitenta e duas) audiências. Como resultado, 36 (trinta e seis) adolescentes tiveram a medida extinta e 09 (nove) adolescentes receberam progressão de medida, sendo 04 (quatro) para MSE semiliberdade e 05 (cinco) para MSE de liberdade assistida.

## 3 EIXOS DE ATUAÇÃO

As ações desenvolvidas pelo GMF/TJAM visam dar cumprimento às resoluções, recomendações e orientações do Conselho Nacional de Justiça, de maneira articulada com a adesão ao portfólio de ações sugeridas pelo Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD). Nessa esteira, as ações se alinham aos eixos definidos pelo programa:

**Eixo 1 – Proporcionalidade Penal:** No Eixo 1 são desenvolvidas ações que envolvem o aprimoramento das audiências de custódia, do modelo de Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Central de Regulação de Vagas (Gestão da Lotação Prisional).

**Eixo 2– Socioeducativo:** Com o objetivo de qualificar o atendimento socioeducativo no Estado do Amazonas o Eixo 2 é voltado para incidir no aprimoramento dos fluxos de atendimento inicial de adolescentes em contexto infracional; no desenvolvimento dos sistemas de informação e no aperfeiçoamento das interfaces do Poder Judiciário



durante a execução das medidas socioeducativas; na qualificação do desligamento de adolescentes das medidas; e no acompanhamento de adolescentes e jovens após o período de privação ou restrição de liberdade.

**Eixo 3 – Cidadania:** O eixo Cidadania é voltado para a articulação e o monitoramento das ações no interior das unidades prisionais e socioeducativas, além de implementar políticas para pessoas egressas do sistema prisional. As ações desse eixo ocorrem de forma articulada com as diversas frentes de atuação do GMF, estando, portanto, presentes nas atividades das diversas categorias.

**Eixo 4 – Sistemas e Identificação Civil:** O trabalho desenvolvido a partir do Eixo 4 tem como foco aprimorar e qualificar o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), bem como seu preenchimento e promover a correta identificação civil e emissão dos documentos básicos necessários à plena cidadania e acesso às políticas públicas pelas pessoas privadas de liberdade.

**Eixo 5 – Ações Transversais:** As ações transversais consistem em promover e aprimorar iniciativas que articulam a privação de liberdade com as demais políticas públicas e garantias fundamentais das pessoas inseridas no sistema penal ou socioeducativo.

## 4 GRUPOS DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAIS

Na atuação do GMF/TJAM, para o desenvolvimento dos trabalhos de modo especializado, de acordo com os desdobramentos temáticos no âmbito da atenção à execução penal, bem como com o intuito de aprimorar as ações e fortalecer os diálogos interinstitucionais, foram criados Grupos de Trabalho Interinstitucional (GTI) de Saúde Mental e Justiça Criminal; de Enfrentamento à Tortura e dos Povos Indígenas e Justiça Criminal.

Os grupos começaram a sua atuação no ano de 2023, com uma reunião de instalação, conduzida pela Desembargadora Luiza Cristina Marques, Supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Amazonas (GMF/TJAM), contando com a presença do Desembargador Luís Geraldo

Lanfredi, Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ); da juíza Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, coordenadora do GMF/TJAM; da juíza Andréa Jane de Medeiros, coordenadora do GTI de Povos Indígenas; do juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Rafael Cró; da coordenadora estadual do programa "Fazendo Justiça" do CNJ, Luanna Marley Silva; da coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ) e promotora de Justiça Romina Carmen Brito Carvalho; de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Amazonas e de integrantes dos GTIs e servidores do Poder Judiciário.



Imagem: Reunião de Instalação dos GTI's  
Foto: Raphael Alves/Divulgação do TJAM

No ano de 2024 foi dada continuidade ao trabalho no âmbito dos grupos, com o avanço do diálogo interinstitucional pela superação dos desafios identificados no primeiro ano de debates e a abertura de novos pontos de articulação e iniciativas.

## 4.1 GTI POVOS INDÍGENAS E JUSTIÇA CRIMINAL

O GTI Povos Indígenas e Justiça Criminal foi criado em 2022, através da Portaria Conjunta nº 35 de 31 de outubro de 2022 do TJAM, tendo como objetivo a implementação da Resolução nº 287/2019 do Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas. Os trabalhos do GTI tiveram início no mês de março de 2023, onde ocorreram avanços significativos na temática indígenas, resultando, em 2024, em ações estratégicas do GMF/TJAM, com o apoio técnico do Programa Fazendo Justiça.



Imagem: Reunião de entrega do relatório estatístico à sociedade  
Foto: Arquivo do GMF/TJAM

### Principais ações durante o ano de 2024:

- Criação e pactuação junto à Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Administração Penitenciária de ferramenta para identificação e registro das pessoas indígenas privadas de liberdade;
- Elaboração, em parceria com a Escola Judicial do TJAM, de curso sobre “Atendimento ao público indígena e Acesso à Justiça”;
- Desenvolvimento de estratégias de acompanhamento e monitoramento das pessoas indígenas privadas de liberdade, nas unidades prisionais da capital e do interior, bem como nas delegacias de polícia;

- Elaboração e publicação do **1.º Relatório Estatístico sobre pessoas Indígenas e Justiça Criminal no Amazonas**. O relatório destaca a importância e a necessidade do Poder Judiciário em conhecer a situação das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas, em alternativas penais e privadas de liberdade.

O relatório contou com a validação do Grupo de Trabalho Interinstitucional e foi entregue às entidades indígenas e indigenistas. O levantamento está alinhado à Resolução n. 287/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que traz diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário.



➤➤➤ **ACESSO AO RELATÓRIO**



## 4.2 GTI SAÚDE MENTAL E JUSTIÇA CRIMINAL

O GTI de Saúde Mental e Justiça Criminal foi criado em 2022, conforme Portaria Conjunta n° 33/2022 -TJAM, iniciando os trabalhos em 2023, com objetivo propor ações estaduais de atenção integral ao paciente judiciário, a proteção de direitos fundamentais da pessoa com transtorno mental e sua desinstitucionalização, no Estado do Amazonas, visando a implementação da Resolução CNJ 487/2023 que institui a Política Antimanicomial.

Em 2024, através da Portaria Conjunta n° 16/2024, foi instituído o **Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA-AM)**, transformando do GTI em espaço permanente de implementação dessa política.



Imagens: Reuniões e atividades do GTI de Saúde Mental e Justiça Criminal  
Fonte: Acervo GMF/TJAM

### **Principais ações durante o ano de 2024:**

- Construção do fluxo de desinstitucionalização de pacientes das enfermarias psiquiátricas;
- Construção do fluxos no âmbito das audiências de custódia;
- Elaboração do Modelo de Plano Terapêutico Singular a ser utilizado pela Enfermaria Psiquitrica;
- Reuniões interinstitucionais entre GMF/TJAM, SEAP e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Assistência Social, Habitação, Identificação Civil, Empregabilidade, Trabalho e Renda;

- Realização do I Fórum Estadual de Saúde Mental de Pessoas em conflito com a Lei;
- Elaboração da 1ª Carta de Manaus, sobre a pauta da política antimanicomial;
- Instalação do Comitê Estadual de Monitoramento da Política Antimanicomial - CEIMPA;
- **Criação da Inteligência Artificial Numiá**, assistente virtual desenvolvida para ser fonte de consulta sobre a Política Antimanicomial para magistrados, servidores ou qualquer pessoa interessada na temática.
- **Ciclo de Encontros entre Serviços Penais e Serviços de Saúde** para uma abordagem interinstitucional em relação às pessoas que fazem usos problemáticos de álcool e outras drogas. Atividade desenvolvida em conjunto com o Projeto GENTE (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/FIOCRUZ);
- Elaboração e distribuição de folder informativo acerca das consequências dos usos problemáticos de álcool e outras drogas e sobre onde buscar tratamento e auxílio junto à rede de saúde e de proteção social. **Os folder foram elaborados em português e traduzidos para as línguas indígenas Ticuna e Sateré-Mawé.**

### **Folder informativo sobre álcool e outras drogas.**

Ação conjunta GMF/TJAM e Projeto GENTE (SENAD/FIOCRUZ), a distribuição ocorreu durante o Multirão Processual Penal, atividade do Conselho Nacional de Justiça. Contou com a parceria das Unidades Prisionais e Escritórios Sociais de Manaus, Tabatinga, Maués, Parintins e São Gabriel da Cachoeira.

TRATAMENTOS VOLUNTÁRIOS NO USO PROBLEMÁTICO DE ALCÓOL E OUTRAS DROGAS TÊM MELHORES RESULTADOS. Pratique o cuidado com você!

USOS PROBLEMÁTICOS DE ALCÓOL E OUTRAS DROGAS: O QUE FAZER?

**Você Sabia?**

Os usos problemáticos de álcool e/ou outras drogas são aqueles em que a pessoa tem problemas importantes e frequentes por usar substâncias, e, mesmo assim, não consegue parar ou diminuir o uso.

No Amazonas, os tratamentos são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e realizados pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), respeitando a autonomia do(a) usuário(a). Além disso, o Estado deve garantir a proteção social a todas as pessoas por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com serviços, benefícios, programas e projetos da Rede de Assistência Social.

**ONDE BUSCAR INFORMAÇÕES E TRATAMENTOS EM MANAUS?**

Escritório Social do Amazonas  
Avenida Torquato Tapajós, s/n  
Colônia Terra Nova.  
(92) 98559-1945

Centro Pop Manaus  
Rua Fragata, s/n, Bairro Petrópolis.  
(92) 98842-4819

CAPS AD III Álcool e Drogas Dr. Afrânio Soares - Av. Efigênio Sales, nº 5, Conjunto Jardim Espanha, Aleixo  
(92) 98842-6962

CAPS AD II Dra Eliana Vitorino Schramm  
Alameda Alphaville - Tancredo Neves.

Distrito Sanitário Especial Indígena  
Av. Djálma Batista, 1018 - Chapada.  
(92) 2625-5578

Centro De Reabilitação Em Dependência Química Ismael Abdel Aziz - CREO  
AM 010, Km 53, Manaus/AM (estrada para Rio Preto da Eva)  
(92) 99195-6333 / (92) 99175-8955

**O primeiro passo é buscar informação e ajuda.**

GMF

## 4.3 GTI ENFRENTAMENTO À TORTURA

O GTI de Enfrentamento à Tortura foi criado em 2022, conforme Portaria Conjunta nº 34/2022 -TJAM, iniciando os trabalho em 2023, com objetivo de fortalecer e a qualificar os fluxos e procedimentos de prevenção e combate à tortura e maus tratos nos primeiros momentos após a prisão, no sistema prisional e no sistema socioeducativo.

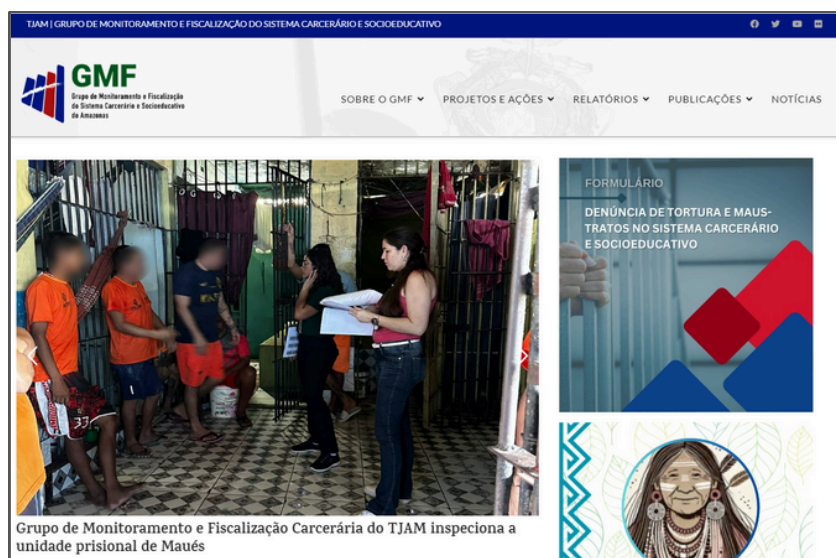


Imagens: Curso sobre Enfrentamento à Tortura (julho/2024).  
Fonte: Acervo GMF/TJAM

### Principais ações durante o ano de 2024:

- Construção e disponibilização no site do GMF/TJAM do Formulário para registro de Reclamações e/ou Denúncias de Tortura e Maus tratos;
- Atividades alusivas ao Dia Nacional de Combate à Tortura;
- Planejamento e recomendações para atendimento do TJAM às Recomendações do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;
- Construção dos fluxos de registro e denúncia de casos de tortura e maus tratos desde a audiência de custódia até a verificação e apuração dos relatos de tortura/violência policial;
- Elaboração do modelo de Relatório Síntese para Audiência de Custódia;

- Elaboração de Minuta de Resolução que estabelece e regulamenta o fluxo administrativo de recebimento, processamento e monitoramento de notícias de tortura ou de maus-tratos em estabelecimentos de privação de liberdade, e apurados no momento da audiência de custódia e instrução de julgamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas (**em tramitação**);
- Realização, em parceria com a ESMAM, do curso **Enfrentamento à Tortura** com a participação de cerca de **100 servidores e magistrados(as)** do TJAM e de Tribunais de outros Estados, com professores(as) internacionais e nacionais;
- Realização, em parceria com a EJUD, do **II Ciclo de Altos Estudos Sobre Audiência de Custódia, com 245 pessoas inscritas.**



*Criação de canal, no site do GMF, específico para as denúncias de tortura.*

## 5 ATUAÇÃO JUNTO AO SOCIOEDUCATIVO

No ano de 2024, a atuação do GMF/TJAM junto ao Sistema Socioeducativo sobressaiu principalmente na qualificação dos fluxos de atendimento inicial aos(as) adolescentes em contexto infracional, visando a implementação do NAI – Núcleo de Atendimento Integrado; no desenvolvimento e processo de implementação da Central de Vagas do Socioeducativo; no aprimoramento das Audiências Concentradas; no apoio a promoção de ações de cultura; na articulação interinstitucional com a rede de saúde que atende os(as) adolescentes que estão em cumprimento de MSE; na qualificação das inspeções nas Unidades Socioeducativas e os Programas/Serviços que executam Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e no aprimoramento do Programa Pós-Medida.

Nesse sentido, o GMF/TJAM tem intensificado o trabalho de articulação e integração com os(as) magistrados(as) de todo o Estado, a fim de contribuir com a qualificação das inspeções realizadas nos Programas e Serviços que executam MSE em Meio Aberto e nas Unidades Socioeducativas, além de integrar o Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), instituído pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES AM), e acompanhar a reestruturação e as ações desenvolvidas pelo Programa Pós-Medida #Conectados. Outrossim, o GMF/TJAM estabeleceu e tem mobilizado as seguintes frentes:

## 5.1 NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO



Imagem: Reunião do GTI do Núcleo de Atendimento Integrado  
Fonte: Acervo GMF/TJAM

Foi criado um Grupo de Trabalho Interinstitucional, para fins de fomentar e elaborar fluxos de atendimento inicial integrado para adolescentes a quem se atribua a prática de ato infracional, em observância à Recomendação CNJ nº 87/2021. Destaca-se a participação de instituições diversas do Sistema de Garantia de Direitos, com representação do Ministério Público e Defensoria Pública, as secretarias das políticas públicas - de Assistência Social, Direitos Humanos, Justiça, Saúde e Educação - e órgãos da segurança pública, bem como representantes das polícias civil e militar do estado.

### **Principais ações durante o ano de 2024:**

- Instalação do Grupo de Trabalho, com início das reuniões para o debate acerca do tema;
- Apresentação dos autores que compõem o atendimento inicial a adolescentes a quem se atribua a prática de ato infracional e Identificação dos pontos sensíveis.

## 5.2 CENTRAL DE VAGAS



Imagens: Reunião do GTI da Central de Vagas para o Socioeducativo  
Fonte: Acervo GMF/TJAM

Foi criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional para implementação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado do Amazonas, instituído pela Portaria nº 2153, de 26 de maio de 2023.

Destaca-se a participação dos órgãos públicos que têm atuação relacionada à gestão de vagas e ocupação das unidades de internação do sistema socioeducativo amazonense. Conta-se com a representação da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Amazonas; do GMF/TJAM; da Defensoria Pública; do Ministério Público; da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Estado e dos Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **Principais ações durante o ano de 2024:**

- Instalação do Grupo de Trabalho, com início das reuniões para o debate acerca do tema;
- Articulação junto à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Estado do Amazonas para a contratação da empresa para a formatação do sistema da Central de Vagas;
- Construção e aprovação interinstitucional dos Critérios e pontuação para a Central de Vagas;
- Atualização da normativa da Central de Vagas, com a inclusão dos critérios e pontuação aprovados;
- Construção preliminar da Central de Vagas.

A empresa contratada pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Estado está na fase de formatação do sistema, tendo sido realizadas algumas reuniões de ajustes na disposição das informações e em suas funcionalidades, bem como em relação ao fluxo do cadastro e aplicação dos critérios.

### 5.3 AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS



Imagem: Audiência Concentrada em Unidade de Internação, no mês de dezembro/2024  
Foto: Raphael Alves/Divulgação TJAM

No ano de 2024, as audiências concentradas continuaram a ser realizadas nas unidades socioeducativas de internação. O GMF/TJAM passou a acompanhar sistematicamente a realização das audiências concentradas, de forma presencial e por meio de formulário de monitoramento, conforme proposta formulada pela assessoria técnica do Programa Fazendo Justiça.

Destaca-se, que foram **realizadas audiências concentradas nos meses de março, junho, setembro e dezembro**, conforme a tabela a seguir:

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS 2024					
Medidas	Março	Junho	Setembro	Dezembro	Total
Extinção	7	5	11	13	36
Subs. Sem. Trad.	0	1	1	0	2
Subs. Sem. Inv.	0	0	0	2	2
Manutenção	11	7	13	5	36
Subs. LA + Matr.	4	0	0	1	5
Subs. Trat Drogadição	0	1	0	0	1

Tabela: Dados das audiências concentradas 2023  
 Fonte: Vara de Execução de Medidas Socioeducativas/TJAM

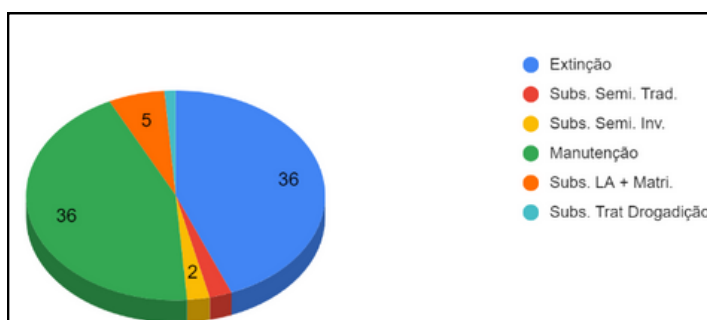


Gráfico: Proporção entre as medidas adotadas nas audiências concentradas  
 Fonte: Vara de Execução de Medidas Socioeducativas/TJAM

## 6 PROPORCIONALIDADE PENAL

### 6.1 AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

Em 2024, houve a continuação da implementação do Programa de Aprimoramento das Audiências de Custódia, elaborado pelo GMF/TJAM em parceria com a Secretaria de Audiência de Custódia, com apoio técnico do Programa Fazendo Justiça.

## Principais ações durante o ano de 2024:

- Aprimoramento das audiências de custódia no interior do Estado e na capital, com aperfeiçoamento dos serviços de proteção social e definição de fluxos;
- **Articulação e acompanhamento da reforma e ampliação de salas específicas no Fórum Ministro Henoch Reis** o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC) na Comarca da capital, visando garantir o atendimento inicial, bem como após às audiências de custódia;
- Elaboração de proposta arquitetônica para espaço humanizado de acolhimento às famílias das pessoas custodiadas, resultando na construção de espaço para adequado;
- Monitoramento dos dados sobre a realização das audiências de custódia, bem como suporte, via assistência técnica do Programa Fazendo Justiça, mediante acompanhamento cotidiano diante das dificuldades encontradas e assessoramento para o cumprimento das diretrizes;
- Incidência e Acompanhamento da implementação de “Sala de Perícia” para atendimento do Instituto Médico Legal (IML) para exames de corpo delito às pessoas custodiadas no espaço das audiências de custódia. Esta ação foi realizada pela Coordenação do Setor das Audiências de Custódia para aprimoramento dos serviços disponibilizados pela Secretaria de Audiência de Custódia. Será iniciado em 2025, processo de qualificação dos laudos do IML nos termos do Protocolo de Istambul.

## Impactos nos parâmetros decisórios conforme dados da Secretaria de Audiência de Custódia- TJAM

Em **2021** o percentual de prisões preventivas era de **52,06%**

Em **2024**, o percentual de prisões preventivas foi de **37,01%**

Observou-se um aprimoramento nas decisões no âmbito das audiências de custódia (capital), com a aplicação de medidas diversas da prisão (medidas cautelares). Ocorreu também aumento no uso da **monitoração eletrônica (tornozeleira)**, uma vez que **em 2021 era de 9% e, em 2024, 11,36%**.

## 6.2 ALTERNATIVAS PENAIS

No ano de 2024, foram desenvolvidas diversas ações, sobretudo, estruturais com objetivo de fortalecer e qualificar as políticas e serviços de alternativas penais no Estado do Amazonas. O GMF/TJAM se configurou como indutor e articulador de iniciativas fundamentais.



Imagem: Reunião do Comitê Gestor de Alternativas Penais - abril/2024  
Foto: Raphael Alves/Divulgação TJAM

### Principais ações de 2024, no âmbito das alternativas penais:

- Instituído, por meio da Portaria Conjunta nº 17/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, o **Comitê Gestor de Alternativas Penais** com a finalidade de promover a interlocução, o alinhamento estratégico para implementação, o acompanhamento e o fortalecimento da política de alternativas penais no Estado do Amazonas. As atividades do Comitê Gestor de Alternativas Penais foram iniciadas em março e abril de 2024, com apresentação entre os integrantes e conhecimento sobre os fluxos e aspectos que precisam ser melhor articulados, bem como planejamento de estratégias para contornar as dificuldades;
- Foi ofertada, com suporte da assistência técnica do Programa Fazendo Justiça, formações de **qualificação dos atendimentos** da Central Integrada de Alternativas Penais (CIAPA) e Centro de Operações e Controle (COC);

- Apoio técnico do GMF/TJAM para implementação do Fundo Municipal de Políticas Penais das comarcas de Maués, Parintins e Tabatinga.
- Indução para ampliação e fortalecimento da equipe da Central Integrada de Alternativas Penais do Amazonas (CIAPA);
- Visita de monitoramento do funcionamento da Central Integrada de Alternativas Penais do Amazonas (CIAPA);
- Articulação para aprimoramento dos fluxos entre CIAPA e serviços de saúde.

#### Principais ações realizadas pelo Comitê Gestor de Alternativas Penais:

- Criação de **plataforma online em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, considerado um marco na fiscalização e no acompanhamento das penas de prestação de serviço à comunidade**, a fim de garantir maior transparência e eficiência no cumprimento das penas;
- Aprimoramento do **novo edital de chamamento público com a ampliação da rede de instituições credenciadas** e para recebimento de pessoas para cumprimento de pena alternativa, oferecendo mais oportunidades;
- Ampliação da parceria entre Vera de Execução de Medidas e Penas Alternativas (VEMPA/TJAM) e Secretarias de Saúde e Assistência Social.

## 7 CIDADANIA, EXECUÇÃO PENAL E TEMAS TRANSVERSAIS

### 7.1 POLÍTICA DE ATENÇÃO AOS EGRESSOS

Visando contribuir para a consolidação da política de atenção aos egressos do Sistema Prisional, o GMF/TJAM atuou, com apoio técnico do Programa Fazendo Justiça do CNJ, mediante as seguintes iniciativas:

- Aprimoramento da atuação do Escritório Social de Manaus com **reuniões técnicas mensais sobre metodologias e temas de direitos humanos**;
- Acompanhamento da implementação da metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas do sistema prisional, com apoio e consultoria mediante as dificuldades encontradas e necessidade de adequações;
- Suporte constante aos Escritórios Sociais do interior do estado: São Gabriel da Cachoeira, Maués, Tabatinga e Parintins;

- Projeto de Formação continuada voltada para o Escritório Social em parceria com a Escola Superior de Administração Penitenciária;
- Reuniões técnicas e de articulação com as demais organizações para articular a atuação do escritórios sociais às políticas de saúde, educação e assistência social;
- Visita de monitoramento dos Escritorios Sociais de Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Parintins, Maués e Manaus, resultando na elaboração recomendações específicas para o aprimoramento e fortalecimentos dos serviços nos termos da Resolução CNJ nº 307/2019;
- Articulação, em parceria com Projeto GENTE (SENAD/FIOCRUZ) de encontros entre Escritório Social de Manaus e equipes de saúde para definição de fluxos específicos para egressos que fazem usos problemáticos de álcool e outras drogas;
- Articulação de parceria com os Escritórios Sociais e a elaboração de protocolos de saída das Unidades Prisionais durante o Mutirão Processual Penal (CNJ);
- Articulação de parceria com o Escritório Social de Manaus para atendimentos durante os Mutirões Social e Jurídico voltados para população LGBTQIAPN+, Idosos e PcD privadas de liberdade.



Imagem: Visita de Monitoramento do Escritório Social de Parintins - nov./2024  
Foto: Arquivo GMF/TJAM

## 7.2 EDUCAÇÃO, FOMENTO À LEITURA E PRÁTICAS SOCIAIS EDUCATIVAS

Em 2024, o GMF/TJAM iniciou um procedimento que teve como objetivo realizar um levantamento sobre Educação e Fomento à Leitura nas unidades prisionais do estado, com objetivo de monitorar a política, de acordo com a Resolução n. 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça. Assim, **uma das primeiras medidas foi a organização de uma Frente específica voltada para Educação e Fomento à Leitura, a fim de monitorar, fiscalizar e articular políticas públicas nesse tema.**

### Principais ações estratégicas:

- Realização de campanha de doação de livros, em especial, de obras de diversos escritores regionais que compõem a Academia Amazonense de Letras, **resultando na entrega de 1740 obras literárias** à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) para serem utilizadas pelos(as) reeducandos(as) das unidades prisionais do estado. Destaca-se que o GMF/TJAM também contou, em uma das campanhas, com o apoio da Escola Superior de Magistratura do Amazonas (ESMAM);
- Articulação de parcerias com a Universidade Federal do Amazonas e com a Universidade Estadual do Amazonas para o **desenvolvimento de atividades de extensão no tocante à leitura e produção de textos**, visando ampliar o acesso ao livro e à remição pela leitura nas Unidades Prisionais de Manaus;
- Articulação de parcerias com a FAMETRO, Universidade Federal do Amazonas e com a Universidade Estadual do Amazonas para o desenvolvimento de atividades educativas para a Unidade Prisional de Parintins. Projetos serão desenvolvidos, a partir de 2025;
- Levantamento sobre Políticas de fomento à leitura junto às Unidades Prisionais. O diagnóstico completo será publicado em 2025.
- **Elaboração e Publicação da Resolução nº 42/2024** do Tribunal de Justiça do Amazonas, que regulamenta os procedimentos e diretrizes para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas escolares e não-escolares e a leitura de obras literárias a todas as pessoas privadas de liberdade, independentemente do regime de cumprimento de pena.



Imagem: Visita de verificação da Biblioteca e do acervo literário do Centro de Detenção Feminina - julho/2024.  
Foto: Arquivo GMF/TJAM

### 7.2.1. ARTICULAÇÃO COM UNIVERSIDADES

Um marco importante na frente de trabalho de Educação, Leitura e Cultura foi a articulação e estabelecimento de parceria com as universidades, para desenvolvimento de projetos de extensão junto às unidades prisionais, especialmente no tocante ao fomento à leitura e ampliação do alcance da remição pela leitura e práticas educativas não formais.

Destaca-se também a pontual, porém relevante, parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que possibilitou a participação de 15 discentes no atendimento social às pessoas idosas e pessoas com deficiência durante o mutirão jurídico e social.

Das articulações, podemos destacar duas iniciativas:

## *Oficina de Leitura e Escrita - UFAM*

A partir da articulação do GMF/TJAM, foi proposto um projeto de extensão, coordenado e executado por professores do Departamento de Ciências Sociais e do Departamento de Filosofia, da Universidade Federal do Amazonas, com realização de **Oficina de Leitura e Escrita** no Centro de Detenção Feminino (CDF), com objetivo de fomentar a construção coletiva de conhecimentos, colaborando para a formação de sujeitos capazes de desenvolver uma ação transformadora em suas vidas.

As atividades ocorrem semanalmente, com a leitura coletiva dos textos selecionados e produção de textos em grupo, levando em consideração que o grupo foi composto por participantes letradas e não letradas.



Imagem: Oficina de Leitura e Escrita no CDF  
Fonte: Acervo SEAP-AM

No primeiro semestre, foram produzidos **35 textos pelas participantes**, que serão publicados no "Radar Saúde Favela", informativo produzido no âmbito da Cooperação Social da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, Rio de Janeiro). As tratativas para a publicação do material estão em curso, via articulação feita pelo professor coordenador da atividade.

## *Programa L.E.R. (Leitura, Escrita e (Re)existência)- ENS/UEA*

O GMF/TJAM está integrando como instituição parceira, tendo contribuído para a articulação e processo de negociação entre a universidade e a SEAP, do Programa "Letramentos de Re(existência): práticas de leitura e escrita para uma educação em Direitos Humanos".

O Programa é coordenado por professores(as) do Curso de Letras, da Universidade do Estado do Amazonas, e objetiva contribuir com a formação leitora, escritora e cidadã de pessoas em privação de liberdade de **4 (quatro) unidades prisionais**, por meio da formação de clubes de leitura e de escrita, a fim de garantir o acesso à literatura como direito humano, além de viabilizar práticas de escrita e de diálogos voltados a uma educação em direitos humanos.



Imagem: Lançamento do Programa Letramentos de (Re)Existência  
Fonte: Acervo SEAP-AM

As atividades do programa terão duração de dois anos, sendo um semestre por unidade prisional, alcançando 04 unidades, no total. As atividades tiveram início no mês de dezembro, com cerimônia de lançamento do programa e estão acontecendo no primeiro semestre, no Centro de Detenção Feminino.

### 7.3 TRANSFERÊNCIA E RECAMBIAMENTO

Em abril de 2024, foi publicado o Provimento nº 457/2024-CGJ/AM, que estabelece diretrizes e procedimentos, no âmbito do Poder Judiciário, para a transferência e o recambiamento de pessoas presas, a partir de uma incidência do GMF/TJAM que elaborou e encaminhou a minuta para apreciação da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, adequando a norma deste Tribunal de Justiça ao estabelecido na Resolução n. 404/2021 do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta a matéria.

## 7.4 SAÚDE PRISIONAL

Uma frente de atuação prioritária do GMF/TJAM tem sido em relação à saúde prisional, tanto quanto à implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) como no tocante à Política Antimanicomial.

### Principais ações estratégicas em saúde prisional:

- Articulação para ativação do Grupo Condutor da PNAISP;
- Reuniões de alinhamento com a saúde prisional da Secretaria de Administração Penitenciária, Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Manaus para aprimoramento das seguintes questões: fluxos em saúde prisional para realização de exames e tratamentos simples e de alta complexidade (dentro e fora das Unidades Prisionais, treinamento das equipes saúde que atuam nas UBS das Unidades Prisionais);
- Articulação para ampliação do acesso ao tratamento PrEP (Profilaxia Pré-Exposição), PEP (Profilaxia Pós-Exposição) e antirretroviral para pessoas vivendo com HIV que estejam privadas de liberdade;
- Articulação e monitoramento do acesso de pessoas transexuais e travestis à hormonoterapia;
- Focalização individualizada das demandas relacionadas à saúde nas unidades prisionais da capital e do interior, além de recomendações específicas para o aprimoramento do acesso à saúde integral.



Imagem: Cerimônia de entrega dos medicamentos do PrEP e do PEP na Unidade Prisional de Puraquequara - fevereiro/2024.  
Foto: Chico Batata/Divulgação TJAM

## 7.5 POLÍTICA DE ATENÇÃO A PESSOAS LGBTQIA+ PRIVADAS DE LIBERDADE

No âmbito da atenção a pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade, o GMF/TJAM aprimorou a sistemática de fiscalização e monitoramento, bem como vem fomentando articulações interinstitucionais para a promoção dos direitos fundamentais e garantias básicas a essas pessoas, de acordo com as suas especificidades.

### Como principais ações, destacam-se:

- O monitoramento em relação à oferta de hormonoterapia a pessoas trans privadas de liberdade que fizeram a opção de fazer o tratamento hormonal, conforme garantia alcançada no ano de 2023, além da incidência para ampliação desse acesso;
- Foi viabilizada, por intermédio da articulação do GMF/TJAM, terapia de profilaxia para casais sorodiscordantes privados de liberdade;
- Realização de Mutirão Jurídico e Social voltado para o atendimento das pessoas LGBTQIAPN+ da capital visando verificar e fiscalizar sua condição de encarceramento.
- Capacitação para as equipes das Unidades Prisionais e Serviços Penais sobre “Direitos da População LGBTQIAPN+ Privada de Liberdade”, ação em parceria com a Escola Superior de Administração Penitenciária;
- Articulação para garantir a participação de **20 reeducandos(as)** em curso sobre “Direitos LGBTQIAP+” nas instalações do Tribunal de Justiça do Amazonas. Curso realizado pela Escola Superior de Magistatura do Amazonas (ESMAM).

*A prática de articulação e incidência para oferta de hormonoterapia a pessoas trans, identificada como “É possível enxergar um arco-íris através das celas”, foi selecionada para concorrer ao 21º Prêmio Innovare, integrando o banco de práticas do prêmio.*



## 8 FORTALECIMENTO DO GMF



Imagem: Reunião com os servidores do GMF/TJAM  
Fonte: Acervo do TJAM

No ano de 2024, o GMF/TJAM avançou no fortalecimento interno, realizando ações de integração entre os servidores(as) e os(as) magistrados(as), implementando medidas de **planejamentos estratégico e operacional, governança, aperfeiçoando a gestão administrativa, a gestão de informação, de documentação e no aprimoramento da memória institucional.**

Ressalta-se o investimento em comunicação e em tecnologias da informação, como desenvolvimento de painéis *Business Inteligency*, plataforma *online* e aplicativo para fiscalização, projetos estes iniciados em 2024, para implementação total em 2025.

### Principais ações desenvolvidas:

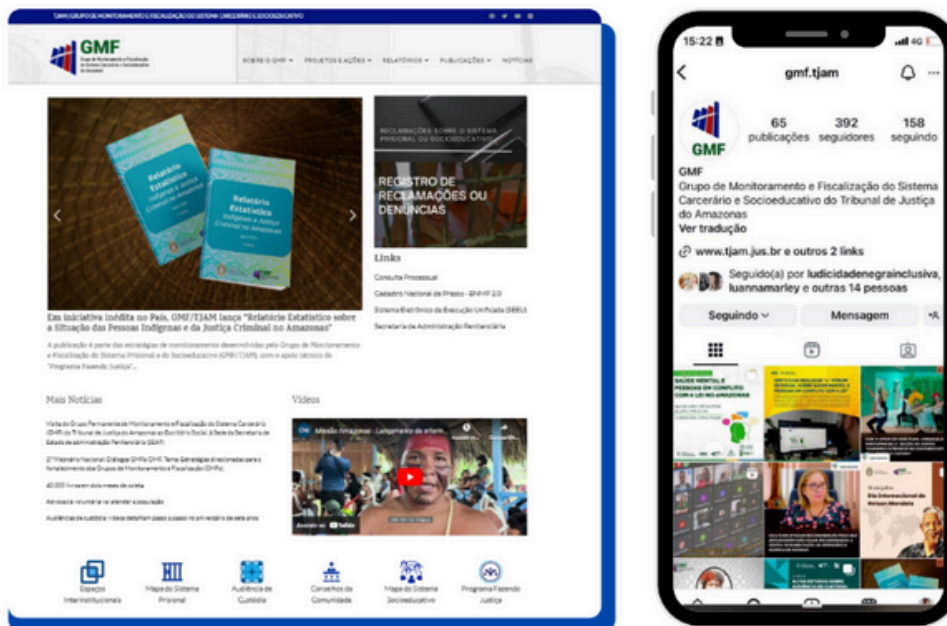
- Aprimoramento da organização interna, com a criação de fluxos administrativos de secretaria, bem como de rotina e gestão de documentos e informações;
- Realização de planejamentos de ações, calendário de acompanhamento e monitoramento;

- Criação de organograma, com definição de cargos, atribuições e a instituição de espaços interinstitucionais de Governança (grupos de trabalho, comitês);



Imagem: Organograma do GMF/TJAM  
 Fonte: Elaborado pelo GMF/TJAM

- Organização do trabalho em frentes temáticas, pelas quais cada magistrados(as) colaboradores ficaram responsáveis como referência e para as quais foram designados servidores responsáveis, por intermédio de uma triagem de interesse e preferência temática;
- Capacitação permanente de servidores(as): uma formação técnica inicial, realizando **curso sobre as Regras de Nelson Mandela, como requisito para composição do Grupo**; obrigatoriedade de participação nos cursos promovidos pelo GMF/TJAM em parceria com as Escolas do judiciário.
- Desenvolvidos mecanismos de monitoramento do sistema carcerário e socioeducativo, sendo realizadas avaliações, que subsidiaram a criação de estratégias para o aprimoramento futuro desses mecanismos;
- Foi criado um plano de Comunicação do Grupo em conjunto com o setor de comunicação do TJAM, com objetivo de aprimorar a comunicação com os demais setores do tribunal, com a população de um modo geral, visando ampliar o conhecimento sobre temas trabalhados, linguagem simples, transparência sobre a atuação do grupo, bem como disseminar informações qualificadas sobre a execução penal e a política socioeducativa no estado. O plano resultou em melhorias no site do GMF/TJAM e a criação de canal na rede social Instagram.



Imagens: Site do GMF/TJ e perfil no Instagram do GMF/TJAM  
 Fonte: Acervo GMF/TJAM

- Foi elaborada nova Resolução do GMF, conforme a Resolução CNJ 368/2021, que está em tramitação, aguardando votação no Pleno do Tribunal, após a realização de uma nova adaptação para atender ao Manual de Fortalecimento do GMF, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- Foram criados novos espaços interinstitucionais de governança e de participação social, através dos GTÍ's de Saúde Mental, Enfrentamento à Tortura e Direitos dos Povos Indígenas, Central de Vagas do Socioeducativo e Atendimento Inicial aos Adolescentes;
- Investimento em intercâmbio para conhecer as experiências de outros Tribunais, bem como, participação em eventos e cursos promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

## 8.1 INTERCÂMBIOS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Durante o ano de 2024, o GMF/TJAM investiu na capacitação e qualificação de seu corpo de colaboradores de diversas maneiras, visando aprimorar a atuação do grupo. Desse modo, a equipe participou de atividades de intercâmbio, visitas técnicas e eventos formativos, conforme descrição a seguir.

### 8.1.1 Intercâmbio com o GMF do Tribunal de Justiça do Ceará

Uma comitiva do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Tribunal de Justiça do Amazonas (GMF/TJAM) realizou uma visita de intercâmbio para conhecimento das boas práticas sobre as principais ações e desafios do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do TJ do Ceará. Participaram da atividade os juizes Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Larissa Padilha Roriz Penna e Saulo Góes Pinto, além da assistente técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD), Luanna Marley de Oliveira e Silva e o servidor Felipe Chagas. Na comitiva também estavam dois servidores da Secretaria de Administração Penitenciária do Amazonas (SEAP/AM), convidados pelo GMF/TJAM.



Imagem: Comitiva do Amazonas na Visita ao GMF/TJCE -março/2024  
Fonte: Acervo GMF/TJAM



Imagem: Comitiva do Amazonas na Visita à Unidade Prisional e aos serviços penais da Secretaria de Administração Penitenciária - Fortaleza- CE  
Fonte: Acervo GMF/TJAM

### 8.1.2 3º Edição - Caminhos Literários: pelo direito à Cultura

Com o apoio do GMF/TJAM, Unidades Socioeducativas do AM participaram da 3º edição do evento nacional “Caminhos Literários: pelo direito à Cultura”, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O evento foi realizado em julho de 2024 e teve como objetivo promover discussões sobre o papel da cultura no Sistema Socioeducativo brasileiro.

Durante a cerimônia de abertura, realizada no dia 11 e transmitida ao vivo pelo canal do CNJ no YouTube, foi destacada a importância da participação ativa dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. No dia 12 de julho, diversas atividades culturais foram realizadas nas unidades socioeducativas em todo o País. O Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitoza promoveu uma Roda de Capoeira, enquanto no Centro Socioeducativo de Internação Feminina – CSIF, foi realizado um Cine Pipoca seguido de uma roda de conversa.



Imagem: Participação da Unidade Socioeducativa do Amazonas na 3ª Edição - Caminhos Literários: pelo direito à Cultura  
Fonte: Acervo GMF/TJAM

Os dias 16 e 17 foram marcados pela apresentação de projetos e práticas culturais desenvolvidas pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, destacando-se a participação das adolescentes do CSIF com uma apresentação de dança do Boi Bumbá. O evento proporcionou uma oportunidade única para os(as) adolescentes trocarem experiências regionais, artísticas e educativas, ampliando seus horizontes culturais e contribuindo para sua reintegração social.

### **8.1.3 III Encontro dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo dos Tribunais de Justiça.**

O GMF/TJAM participou do Encontro Nacional dos GMFs, com a presença de sua Supervisora, Desembargadora Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, da coordenadora do GMF, juíza Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo; do juiz colaborador do GMF/TJAM, Glen Hudson Paulain Machado, do juiz Luís Cláudio Cabral Chaves, representando a Coordenadoria da Infância e Juventude (Coij/TJAM) e do servidor Felipe Batista das Chagas (membro do GMF/TJAM).

Durante o evento, o GMF/TJAM foi destacado para apresentar um painel sobre o seu fortalecimento institucional. A apresentação foi conduzida pela magistrada Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, que compartilhou a experiência vivenciada no estado do Amazonas.



Imagem: Participação do GMF/TJAM no Encontro Nacional dos GMF's  
Fonte: Acervo GMF/TJAM

#### 8.1.4 IV Seminário de Avaliação e Revisão do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE

O GMF/TJAM participou do Seminário de Avaliação e Revisão do Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo. A iniciativa está sendo promovida pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) em todo o país e o Amazonas foi o 13º estado a cumprir a etapa estadual. Assim como em outras regiões do país, o evento foi realizado com o objetivo de mobilizar instituições, representações da sociedade civil, conselhos e demais segmentos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, visando contribuir com a avaliação e revisão do Plano Decenal Nacional de Atendimento Socioeducativo.



Imagem: Participação do GMF/TJAM no Seminário de Avaliação e Revisão do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE  
Fonte: Lincoln Ferreira/Sejusc

## 9 AÇÕES DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Com o suporte da assistente técnica da área penal do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD), o GMF/TJAM passou a investir no aperfeiçoamento e no aprimoramento das suas metodologias de monitoramento e fiscalização. Os esforços resultaram no fortalecimento da política interna de capacitação da equipe do GMF/TJAM, além do desenvolvimento de mecanismos e ferramentas (metodologia, formulários e tecnologia) com o objetivo de auxiliar a atuação do GMF/TJAM.

Destacam-se, algumas metodologias que compõem os mecanismos de fiscalização e monitoramento do GMF/TJAM:

### **INSPEÇÕES EXTRAORDINÁRIAS**

Inspeções gerais e extraordinárias, in loco, nas Unidades Prisionais e Socioeducativas.

### **INSPEÇÕES TEMÁTICAS**

Inspeções com temas pré-definidos seja considerando populações com vulnerabilidades acrescidas, aos questões específicas a serem verificadas, como saúde, educação alimentação e trabalho. As inspeções temáticas são realizadas nas Unidades Prisionais e Socioeducativas.

### **MUTIRÃO SOCIAL E JURÍDICO**

Atividade realizada em parceria com diversas instituições com objetivo de garantir uma escuta ativa e qualificada dos órgãos acerca das condições do encarceramento e da verificação do acesso à justiça. Os mutirões podem gerar demandas de caráter coletivo e/ou individuais, que passam a ser monitoradas pelas instituições envolvidas quanto a sua resolução.

### **CANAL DE DENÚNCIAS DE TORTURA**

O GMF possui alguns canais de denúncias de tortura e maus-tratos: Formulário virtual para denúncias de tortura e maus -tratos disponibilizado em site, atendimento virtual (balcão virtual), atendimento por e-mail, por telefone ou presencial. A denúncias passam por tratamento, encaminhamentos para os órgãos e monitoramento.

### **MONITORAMENTO ATRAVÉS DE PAINEIS BI's**

O GMF desenvolveu painel BI para monitoramento das inspeções ordinárias a serem realizadas mensalmente pelos juizes de execução penal.

O GMF tem por missão o monitoramento e fiscalização do sistema carcerário e socioeducativo em âmbito local, velando pela observância das recomendações e resoluções do CNJ relacionadas ao sistema prisional, à execução penal e às medidas socioeducativas. Nesse sentido, a base fundamental de sua atuação se refere à busca pela garantia dos direitos fundamentais das pessoas em privação ou restrição de liberdade, com realização de inspeções e adoção das providências necessárias para observância das disposições legais aplicáveis e para assegurar que o número de pessoas presas não exceda a capacidade de ocupação dos estabelecimentos, bem como não tenha seus direitos violados.

No ano de 2024 houve a continuidade das ações de monitoramento e maior qualificação das inspeções realizadas, tanto nas unidades prisionais quanto nas unidades socioeducativas, abrangendo também delegacias de polícia do interior do Estado.

Ao todo foram realizadas **33 inspeções em 15 municípios**.



**12 inspeções**  
Unidades Prisionais



**8 inspeções**  
Delegacias do interior



**5 inspeções**  
Centros Socioeducativos



**1 inspeção temática**



**7 visitas de monitoramento**  
a Serviços Penais

## 9.1 INSPEÇÕES EM UNIDADES PRISIONAIS



Imagens: Inspeções em unidades prisionais de Manaus  
Foto: Acervo do GMF/TJAM

Foram realizadas **12 inspeções** nas unidades prisionais do estado, entre capital e interior:

Data	Unidade	Município
22.02.2024	Unidade Prisional de Itacoatiara	Itacoatiara
13.03.2024	Instituto Penal Antônio Trindade - IPAT	Manaus
08.05.2024	Unidade Prisional de Maués	Maués
17.05.2024	Centro de Recebimento e Triagem - CRT	Manaus
18.06.2024	Unidade Prisional de Coari	Coari
09.07.2024	Complexo Penitenciário Anísio Jobim - COMPAJ	Manaus
05.08.2024	Unidade Prisional de Humaitá	Humaitá
27.08.2024	Unidade Prisional do Puraquequara - UPP	Manaus
13.09.2024	Centro de Detenção Provisória de Manaus - CDPM I	Manaus
04.11.2024	Unidade Prisional de Parintins	Parintins
16.12.2024	Centro de Detenção Feminino - CDF	Manaus
29.02.2024	Unidade Prisional de Tabatinga	Tabatinga

Tabela: Inspeções em Unidades Prisionais do Amazonas  
Fonte: GMF/TJAM

## 9.2 INSPEÇÕES EM UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS



Imagens: Inspeções em unidades socioeducativas de Manaus  
Foto: Acervo do GMF/TJAM

Foram realizadas **05 inspeções** nas Unidades Socioeducativas de privação e restrição de liberdade da cidade de Manaus:

Data	Unidade
22.03.2024	Centro Socioeducativo Dagmar Feitosa
22.03.2024	Centro Socioeducativo de Internação e Semiliberdade Feminina Marise Mendes
07.06.2024	Unidade de Internação Provisória
07.06.2024	Unidade de Semiliberdade Masculina
20.09.2024	Centro Socioeducativo Senador Raimundo Parente

Tabela: Inspeções em Unidades Socioeducativas

## 9.3 INSPEÇÕES EM DELEGACIAS DE POLÍCIA DO INTERIOR DO ESTADO



Imagens: Inspeções em delegacias do interior  
Foto: Acervo do GMF/TJAM

Foram realizadas **08 inspeções** nas delegacias de polícia do interior do Estado:

Data	Unidade Município
21.02.2024	Delegacia Interativa de Polícia de Itapiranga
21.02.2024	Delegacia Interativa de Polícia de Silves
17.06.2024	Delegacia Interativa de Polícia de Coari
02.08.2024	Delegacia Interativa de Polícia de Rio Preto da Eva
06.11.2024	Delegacia Interativa de Polícia de Barreirinha
12.12.2024	Delegacia Interativa de Polícia de Presidente Figueiredo
18.12.2024	Delegacia Interativa de Polícia de Manacapuru
18.12.2024	Delegacia Interativa de Polícia de Novo Airão

Tabela: Inspeções em Delegacias do interior do Amazonas  
Fonte: GMF/TJAM

## 9.4 MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS PENAIIS



Imagem: Visita de Monitoramento ao Escritório Social  
Foto: Chico Batata/Divulgação do TJAM

No an de 2024, foram realizadas **7 visitas de monitoramento aos serviços penais** que fornecem suporte à justiça criminal na garantia de serviços de proteção social e acesso à políticas públicas.

No Estado do Amazonas existem 1 Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC), que funciona em Manaus, 1 Centro de Controle e Operações (COC), 1 Central Integrada de Alternativas Penais (CIAPA) e 5 Escritórios Sociais (Manaus, Maués, Tabatinga, Parintins e São Gabriel da Cachoeira).

Assim, foram realizadas visitas a todos os Escritórios Sociais do estado, nas cidades de Manaus, Maués, São Gabriel da Cachoeira, Parintins e Tabatinga, além da Central Integrada de Alternativas Penais e Centro de Operações e Controle (COC).

## 9.5 INSPEÇÕES TEMÁTICAS

### Inspeção temática LGBTQIA+

Dando continuidade à metodologia desenvolvida, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Tribunal de Justiça do Amazonas (GMF/TJAM) realizou no mês de janeiro de 2024, inspeção na Unidade Prisional do Puraquequara (UPP) com o objetivo de averiguar a situação da população LGBTQIA+ em privação de liberdade, conforme recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## 9.6 MONITORAMENTO DAS INSPEÇÕES DOS JUÍZOS DE EXECUÇÃO PENAL

Durante todo o ano de 2024 o GMF/TJAM monitorou a realização de inspeções nas unidades prisionais pelos juízos de execução penal, tanto da capital quanto do interior do estado. Para tanto, acompanhou o lançamento dos dados mensalmente no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP.

Como aprimoramento, foi criado um Painel Business Intelligence para monitoramento e divulgação das inspeções realizadas. Para além das unidades prisionais, também foi feito o acompanhamento das inspeções nas delegacias do interior do Estado.



Imagem ilustrativa do Painel

ACESSO AO PAINEL BI



## 9.7 MONITORAMENTO DAS INSPEÇÕES DOS JUÍZOS DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Durante todo o ano de 2024 o GMF/TJAM monitorou a realização de inspeções nas unidades socioeducativas de internação pelo juízo de execução de medidas socioeducativas da capital, comarca onde estão situadas as unidades socioeducativas de restrição e privação de liberdade.

Também foi dado início, no ano de 2024, ao monitoramento das inspeções realizadas pelos juízos de execução de medidas socioeducativas em meio aberto - Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida. Ao todo, **22 comarcas no estado do Amazonas** contam com programas de medidas socioeducativas em meio aberto e todas cadastraram no sistema as inspeções semestrais realizadas junto aos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) das comarcas.

## 10 MUTIRÃO JURÍDICO E SOCIAL

No ano de 2024, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), com o apoio técnico do Programa Fazendo Justiça/CNJ, desenvolveu a metodologia inédita no Brasil, com a realização de mutirão jurídico e social junto a grupos de pessoas com vulnerabilidades acrescidas.

A metodologia é composta por atendimentos jurídico, social e educativo aos grupos atendidos, buscando promover a garantia de direitos básicos, benefícios processuais, quando cabíveis, incluindo revisão processual, progressão de regime e atividades lúdicas, de saúde, educativas em direitos humanos e profissionalizantes. As ações incluem necessariamente a articulação interinstitucional com a Secretaria de Administração Penitenciária, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público e demais entidades parceiras, a depender da programação de cada mutirão.

## 10.1 METODOLOGIA DOS MUTIRÕES

A metodologia do mutirão se baseia na compreensão de que o estado de inconstitucionalidade das prisões brasileiras se mostra mais gravoso a determinados grupos, com vulnerabilidades acrescidas - pessoas LGTQIA+, pessoas com deficiência, idosos, mulheres, indígenas e imigrantes. Assim, foi desenvolvida uma proposta metodológica que visou atender grupos com vulnerabilidades acrescidas, dentro de suas especificidades, com base nas diretrizes do CNJ e normas internacionais que definem condições mínimas de dignidade de privação de liberdade.

**a) Atendimento Jurídico:** O atendimento jurídico contou com a participação do Núcleo de Advocacia Voluntária (NAV) e da Defensoria Pública Estadual (DPE). O atendimento jurídico consiste na consulta processual junto ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), para verificação de benefícios vencidos, previsão de progressão de regime, contabilização de remição e demais questões processuais pertinentes.

**b) Atendimento Social:** O atendimento social tem o objetivo de fornecer atendimento às pessoas privadas de liberdade, verificando as suas garantias fundamentais durante a execução da pena e/ou privação de liberdade e das pessoas pré-egressas, visando a preparação para o retorno à liberdade.

O instrumento utilizado para atendimento social é um formulário do Google Forms, composto por diversas questões: (a) dados gerais, com coleta de nome, naturalidade, situação familiar e documentação; (b) perfil sociodemográfico, com coleta sobre identidade de gênero e orientação sexual, raça, etnia e acessibilidade; (c) dimensão do grupo atendido, como as condições de apreensão, audiência de custódia e triagem e identificação de possíveis preconceitos, discriminações ou tratamento agravado; (d) garantias e assistências, que compreenderam a verificação relacionada à garantia de assistência material, alimentação, educação, trabalho e profissionalização, assistência religiosa, assistência jurídica, assistência em saúde, visita íntima, visitas sociais e relação familiar; (e) dimensão da saúde; (f) dimensão da profissionalização e da educação.

Além do questionário social, é verificado se a pessoa atendida tem interesse em fazer relato ou denúncia de situação de violação, maus tratos, torturas ou quaisquer outras queixas que considerarem pertinentes, fornecendo uma escuta ativa e qualificada com a adoção das providências necessárias.

Para os casos em que o(a) custodiado(a) sinaliza interesse em prosseguir com a denúncia, a equipe do GMF/TJAM faz o cadastro no Google Forms, por meio de link disponível no site do GMF/TJAM.

**c) Atividades lúdicas e educativas:** Durante a espera pelos atendimentos individuais, as pessoas participam de oficinas e atividades educativas, tais como atividades de autocuidado e embelezamento, contando com salão de beleza, corte de cabelo e maquiagem; formação em direitos humanos; rodas de conversa com temas diversos, como saúde mental, sexualidade etc.; atividades de saúde, como teste rápido e vacinação; além de oficinas de cidadania e Direitos Humanos.

No ano de 2024 as atividades nessa modalidade aconteceram em duas temáticas específicas, uma voltada para a população LGBTQIAPN+ e para pessoas idosas e PcD privadas de liberdade.

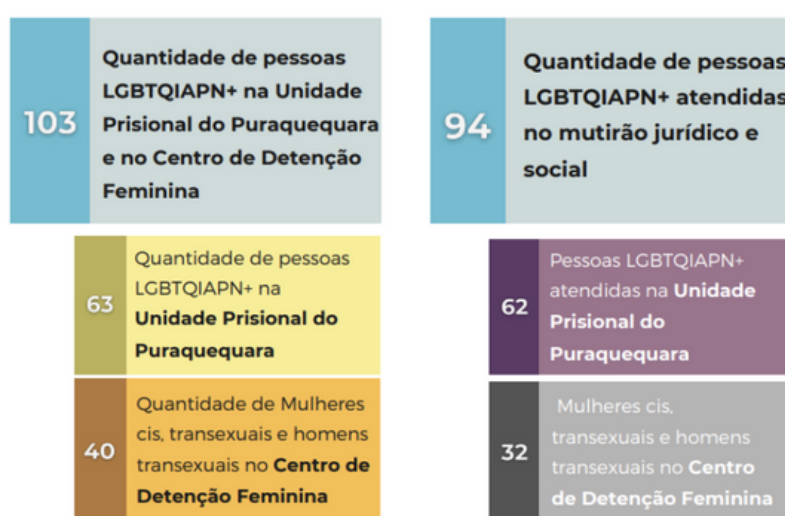
### 10.1.1 Mutirão Jurídico e Social para população LGBTQIAPN+ Privada de Liberdade.



Imagem: Palestra durante Mutirão Jurídico e Social a pessoas LBTQIAPN+  
Fonte: Acervo TJAM

No mês de junho, em alusão ao mês do orgulho LGBTQIAPN+, em parceria com o Núcleo de Advocacia Voluntária, a Defensoria Pública, o Departamento de Reinserção Social, o Escritório Social e a Coordenação de Saúde Prisional da SEAP, o GMF/TJAM realizou mutirão jurídico e social junto a pessoas LGBTQIAPN+, privadas de liberdade, no dia 19, na Unidade Prisional do Puraquequara e, no dia 21, no Centro de Detenção Feminino.

Foram atendidas 94 pessoas no total:



Quadro: Resumo de pessoas atendidas durante o mutirão Jurídico e Social a pessoas LGBTQIAPN+  
 Fonte: Elaboração GMF/TJAM

### 10.1.2 Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência Privadas de Liberdade

No mês de outubro, em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e com o apoio do Escritório Social de Manaus, do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFAM, da Defensoria Pública do Amazonas, da Coordenação de Saúde Prisional da SEAP e do Departamento de Reintegração Social e Capacitação da SEAP, o GMF/TJAM promoveu mutirão jurídico e social voltado à população idosa e com deficiência em privação de liberdade nas unidades prisionais de Manaus.

A iniciativa contemplou os(as) reeducandos(as) da Unidade Prisional do Puraquequara (UPP) no dia 10, e os(as) reeducandos(as) das Unidades Prisionais Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT), Complexo penitenciário Anísio Jobim, (COMPAJ), Centro de Detenção Provisória de Manaus 1 (CDPM1), Centro de Detenção Provisória de Manaus 2 (CDMP2) e Centro de Detenção Feminino (CDF) no dia 11 do mesmo mês.



Imagens: Mutirão Jurídico e Social junto a Pessoas Idosas e PcD's  
Fonte: Acervo TJAM

**Foram atendidas 147 pessoas**, tendo sido 65 pessoas na Unidade Prisional do Puraquequara (UPP), no primeiro dia de mutirão, e 82 pessoas no segundo dia, nas demais unidades acima indicadas.

# 11 EVENTOS FORMATIVOS E CAPACITAÇÕES

No ano de 2024 a atuação do GMF/TJAM se deu por meio de importantes articulações internas e externas ao TJAM. Por entender que uma atuação que vela pela observância das recomendações e resoluções do CNJ relacionadas ao sistema prisional, à execução penal e às medidas socioeducativas demanda constantes capacitações e atualizações, o Grupo firmou parcerias com as Escolas do TJAM, Judicial e da Magistratura, além da Escola Superior de Administração Penitenciária ESAP/SEAP, para promoção e participação das ações educativas listadas a seguir.

Mês	Evento	Público	Parceria	C.H
Abril	Formação de Qualificação dos atendimentos da CIAPA e COC	Equipes dos Serviços Penais	ESAP/SEAP	4h
Junho	Formação Continuada: Direitos Humanos de pessoas LGBTQIA+ e atuação dos Serviços Penais	Equipes dos Serviços Penais	ESAP/SEAP	4h
Julho	Saúde Mental e Política Antimanicomial no Poder Judiciário	Atores do sistema de justiça	ESMAM	20h
Julho	Curso de "Altos Estudos Sobre Audiência de Custódia: Atualização Prática e Conceitual"	Atores do sistema de justiça	ESMAM / EJUD	12h
Julho	1º Fórum Estadual de Saúde Mental e Pessoas em Conflito com a Lei no Amazonas	Atores do sistema de justiça e das políticas de saúde	EJUD	20h
Setembro	Capacitação sobre Direitos Humanos de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência privadas de liberdade	Gestores e agentes penitenciários	ESAP/SEAP	4h
Outubro	Seminário de Direitos Humanos de Pessoas Idosas e PcD Privadas de Liberdade no Estado do Amazonas	Atores do sistema de justiça, gestores e agentes penitenciários	EJUD/TJAM	8h
Novembro	Ciclos de encontros entre Serviços Penais, Políticas de Saúde e Projeto GENTE	Técnicos dos serviços penais, da política de saúde.	SEMSA/ SEAP/ SENAD	12h

Tabela: Eventos formativos promovidos pelo GMF/TJAM

## 11.1 I FÓRUM ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL E PESSOAS EM CONFLITO COM A LEI



Imagens: Fórum Estadual de Saúde Mental e Pessoas em Conflito com a Lei  
Fonte: Acervo TJAM

Organizado pelo GMF/TJAM, em parceria com a Escola Judicial, o I Fórum Estadual de Saúde Mental e Pessoas em Conflito com a Lei ocorreu durante três dias, com objetivo principal de fortalecer a política antimanicomial no Estado e promover maior integração entre o Poder Judiciário e a rede de saúde mental e socioassistencial dos municípios amazonenses.

A programação englobou mesas redondas, onde foram abordados temas relevantes, como normativas internacionais sobre saúde mental; desinstitucionalização; inclusão social; Grupos de Trabalho, que debateram os desafios específicos da política de saúde mental na região amazônica e culminou com a instalação e a posse do **Comitê Estadual de Monitoramento da Política Antimanicomial**, além da conclusão com leitura da Carta de Manaus, documento que fala sobre o necessário o compromisso público com a luta antimanicomial e a desinstitucionalização e destaca a saúde mental como um direito fundamental.

Outro marco importante do evento foi o lançamento da inteligência artificial, por meio de assistente virtual, para apoio na busca de informações para atendimento a pessoas com transtorno mental em conflito com a lei. Denominada de “Numiá”, a ferramenta está disponível na página do GMF no Portal do Tribunal, por meio do link <https://www.tjam.jus.br/index.php/gmf>.

## 11.2 SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PRIVADAS DE LIBERDADE



Imagens: Seminário Direitos Humanos de Pessoas Idosas e PcD Privadas de Liberdade  
Fonte: Acervo TJAM

Organizado pelo GMF/TJAM, em parceria com a Escola Judicial, o Comitê de Acompanhamento de Políticas para a Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência e a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, o **Seminário sobre Direitos Humanos de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência Privadas de Liberdade** teve objetivo principal de promover discussões sobre saúde, direitos humanos e políticas públicas voltadas a essa população vulnerável no sistema prisional.

Participaram como palestrantes, o Secretário Nacional de Direitos da Pessoa Idosa, Alexandre da Silva; o Procurador Regional da República e Presidente do Comitê Nacional sobre a Pessoa Idosa e suas Interseccionalidades do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Pablo Coutinho Barreto; a Diretora Executiva no Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ), Renata Laurino; o Secretário-Geral da Escola do Judicial, Rafael Luan Andrade Santos; a Coordenadora de Apoio à Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, Jaira da Silva Magalhães; o Médico Geriatra, Dr. Euler Ribeiro; o servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas e secretário da comissão de acessibilidade, Claudio Eloy da Silva Júnior e o magistrado colaborador do GMF, João Gabriel Cirelli Medeiros.

# 12 EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA



Imagem: Exposição Libertarde  
Fonte: Acervo TJAM

Com objetivo de sensibilizar a sociedade sobre os desafios enfrentados pelas pessoas privadas de liberdade, além de ampliar a conscientização sobre a necessidade de garantir direitos humanos e dignidade nas prisões, o GMF/TJAM promoveu a **Exposição Fotográfica "Libertarde"**.

Com curadoria de Cleia Viana, a exposição tem fotografias de autoria de Chico Batata, fotógrafo da equipe da Assessoria de Comunicação Social do TJAM e, também, produzidas por integrantes da equipe do próprio GMF/TJAM traz imagens capturadas durante inspeções realizadas nas unidades prisionais ao longo de 2023 em unidades prisionais da capital, do interior e delegacias da região metropolitana, evidenciando tanto as dificuldades quanto as boas práticas observadas.

A exposição ocorreu pela primeira vez no hall do Fórum Ministro Henoch Reis, de 7 de março a 6 de abril de 2024.

## Itinerância

A exposição tem caráter itinerante, percorrendo outras unidades judiciais do estado, especialmente da região metropolitana. Assim, a exposição permaneceu temporariamente, por 30 dias, no Hall dos Fóruns das Comarcas de Rio Preto da Eva e de Itacoatiara.



Imagem: Exposição Libertarde na Comarca do Rio Preto da Eva  
Fonte: Acervo TJAM



Imagem: Exposição Libertarde na Comarca do Rio Preto da Eva  
Fonte: Acervo TJAM

# 13 PUBLICAÇÕES E RELATÓRIOS

No ano de 2024, foram publicados dois relatórios pioneiros no Brasil: *Relatório estatístico sobre pessoas indígenas e justiça criminal no Amazonas* e *Boletim temático sobre pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade*, como resultado do mutirão jurídico e social.

Os relatórios fazem parte das estratégias e mecanismos de monitoramento carcerário desenvolvido pelo GMF contando com o apoio técnico do Programa Fazendo Justiça e tiveram como objetivo a publicação dos dados sobre as populações LGBTQIAPN+ e pessoas indígenas privadas de liberdade, além de garantir a transparência pública quanto à situação dessas populações.



ACESSO ÀS PUBLICAÇÕES



# 14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2024 representou um marco significativo para o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Tribunal de Justiça do Amazonas (GMF/TJAM), consolidando avanços estratégicos e reforçando o compromisso com a promoção da dignidade e dos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade. Com base em diretrizes nacionais e internacionais, a gestão que ora se encerra deixa um legado de aprimoramento contínuo das políticas de execução penal e socioeducativa no estado do Amazonas.

Entre os principais avanços alcançados, destacamos a ampliação e qualificação das inspeções periódicas, que resultaram na identificação e encaminhamento de soluções para irregularidades em unidades prisionais e socioeducativas, bem como a implementação de ações transversais, fortalecendo a articulação interinstitucional em áreas essenciais, como saúde mental, enfrentamento à tortura e atendimento às populações indígenas e LGBTQIAPN+.

A gestão também consolidou importantes iniciativas de inclusão social e cidadania, a exemplo dos mutirões jurídicos e sociais, que ofereceram suporte multidisciplinar a grupos com vulnerabilidades acrescidas, promovendo acesso a direitos básicos e fomentando políticas públicas mais sensíveis às especificidades dessa população. Além disso, a implementação de novas tecnologias e ferramentas de gestão, como o monitoramento via Business Intelligence, permitiu maior transparência e eficiência na coleta e análise de dados, subsidiando a formulação de políticas mais assertivas.

Apesar dos avanços, permanecem desafios estruturais a serem enfrentados, como a superlotação carcerária, a necessidade de ampliação da rede de atendimento socioeducativo no interior do estado e a urgência de fortalecer políticas de saúde e educação no sistema prisional. O enfrentamento desses desafios exige o engajamento contínuo de todos os atores do sistema de justiça, órgãos governamentais e sociedade civil.

Por fim, reafirmamos o compromisso do GMF/TJAM com a continuidade das ações estratégicas, visando a construção de um sistema de justiça criminal e socioeducativo cada vez mais humanizado, eficiente e alinhado aos princípios de dignidade e ressocialização.

Manaus, dezembro de 2024.

# ATUAÇÃO DO GMF/TJAM EM NOTÍCIAS



# MATÉRIAS PUBLICADAS

- **TJAM e Seap divulgam portaria conjunta sobre Comitê Gestor de Alternativas Penais**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10078-tjam-e-seap-divulgam-portaria-conjunta-sobre-comite-gestor-de-alternativas-penais->

- **GMF/TJAM inicia calendário de atividades deste ano com inspeção no Escritório Social de Manaus**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10101-gmf-tjam-inicia-calendario-de-atividades-deste-ano-com-inspecao-no-escritorio-social-de-manaus>

- **Reunião entre a Secretaria de Segurança e o GMF/TJAM projeta ações do Judiciário na Comarca de Tapauá/AM**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10116-reuniao-entre-a-secretaria-de-seguranca-e-o-gmf-tjam-projeta-acoes-do-judiciario-na-comarca-de-tapaua-am>

- **GMF/TJAM apresenta balanço de 2023 e projeta ações para este ano**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10349-grupo-de-monitoramento-carcerario-e-socioeducativo-do-poder-judiciario-apresenta-balanco-de-2023-e-projeta-acoes-para-este-ano>

- **GMF/TJAM inspeciona a Central Integrada de Acompanhamento de Alternativas Penais**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10573-gmf-tjam-inspeciona-a-central-integrada-de-acompanhamento-de-alternativas-penais>

- **Fruto de parceria institucional articulada pelo GMF/TJAM, população carcerária LGBTQIA+ de Manaus passa a ter acesso a programas de profilaxia pré e pós-exposição ao HIV**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10624-fruto-de-parceria-institucional-articulada-pelo-gmf-tjam-populacao-carceraria-lgbtqia-de-manaus-passa-a-ter-acesso-a-programas-de-profilaxia-pre-e-pos-exposicao-ao-hiv>

- **GMF/TJAM inicia inspeção no sistema prisional do interior do Amazonas com ações em Itapiranga, Silves e Itacoatiara**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10655-gmf-tjam-inicia-inspecao-no-sistema-prisional-do-interior-do-amazonas-com-acoes-em-itapiranga-silves-e-itacoatiara>

- **GMF/TJAM participa de inauguração de “Escritório Social” em Tabatinga e inspeciona Unidade Prisional na cidade**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10720-gmf-tjam-participa-de-inauguracao-de-escritorio-social-em-tabatinga-e-inspeciona-unidade-prisional-na-cidade>

- **GMF/TJAM lança campanha de arrecadação de garrafas PET que serão entregues à fábrica de vassouras na UPP**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10751-gmf-tjam-lanca-campanhade-arrecadacao-de-garrafas-pet-que-serao-entregues-a-fabrica-de-vassouras-na-upp>

- **Exposição “Libertarde” registra trabalho de inspeções no Sistema Prisional do Amazonas**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10761-exposicao-libertarde-registra-trabalho-de-inspecoes-no-sistema-prisional-do-amazonas>

- **Liga dos Estagiários da Justiça realiza visita institucional a presídios em Manaus**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10848-liga-dos-estagios-da-justica-realiza-visita-institucional-a-presidios-em-manaus>

- **Intercâmbio: Comitativa do GMF/TJAM conhece boas práticas, ações e principais desafios do GMF do Ceará**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10948-comitativa-do-gmf-tjam-participa-intercambio-para-trocas-de-boas-praticas-sobre-as-principais-acoese-desafios-com-gmf-do-ceara>

- **Comitê Gestor de Alternativas Penais do TJAM reúne para alinhamento estratégico de ações**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11031-comite-gestor-de-alternativas-penais-do-tjam-reune-para-alinhamento-estrategico-de-acoes>

- **Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do TJAM inspeciona a unidade prisional de Maués**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11377-grupo-de-monitoramento-e-fiscalizacao-carceraria-do-tjam-inspeciona-a-unidade-prisional-de-maues>

- **GMF/TJAM apresenta relatório preliminar sobre pessoas indígenas privadas de liberdade no sistema prisional do Amazonas**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11163-gmf-tjam-apresenta-relatorio-preliminar-sobre-pessoas-indigenas-privadas-de-liberdade-no-sistema-prisional-do-amazonas>

- **GMF/TJAM realiza a entrega oficial do “Relatório Estatístico sobre Pessoas Indígenas e Justiça Criminal no Amazonas” a representantes do Sistema de Justiça e a representações dos povos originários**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/12347-gmf-tjam-apresenta-a-primeira-edicao-do-relatorio-estatistico-sobre-pessoas-indigenas-e-justica-criminal-no-amazonas>

- **Em iniciativa inédita no País, GMF/TJAM lança “Relatório Estatístico sobre a Situação das Pessoas Indígenas e da Justiça Criminal no Amazonas”**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11881-em-iniciativa-inedita-no-pais-gmf-tjam-lanca-relatorio-estatistico-sobre-a-situacao-das-pessoas-indigenas-e-da-justica-criminal-no-amazonas>

- **GMF/TJAM realiza reunião com gestores e técnicos dos serviços de saúde mental do Município e do Estado**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11400-gmf-tjam-realiza-reuniao-com-gestores-e-tecnicos-dos-servicos-de-saude-mental-do-municipio-e-do-estado>

- **GMF/TJAM entrega garrafas pet recolhidas em campanha para duas unidades prisionais da capital**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11452-gmf-tjam-entrega-garrafaspet-recolhidas-em-campanha-para-duas-unidades-prisionais-da-capital>

- **Letramentos de (Re)Existência’ promove educação em Direitos Humanos no sistema prisional do AM**

<https://www.portalmarcoasantos.com.br/2024/12/12/letramentos-de-reexistencia-promove-educacao-em-direitos-humanos-no-sistema-prisional-do-am/>

- **GMF promove ações voltadas à população LGBTQIAPN+ em privação de liberdade**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11675-gmf-promove-acoes-voltadas-a-populacao-lgbtqiapn-em-privacao-de-liberdade>

- **"Diálogos sobre Serviços Penais e População LGBTQIA+" foi o tema do evento que encerrou a programação especial organizada pelo GMF para o mês de junho**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11804-dialogos-sobre-servicos-penais-e-populacao-lgbtqia-foi-o-tema-do-evento-que-encerrou-a-programacao-especial-organizada-pelo-gmf-para-o-mes-de-junho>

- **GMF/TJAM inicia calendário de atividades deste ano com inspeção no Escritório Social de Manaus**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10101-gmf-tjam-inicia-calendario-de-atividades-deste-ano-com-inspecao-no-escritorio-social-de-manaus>

- **GMF/TJAM encerra calendário de inspeções do semestre com 17 ações realizadas em unidades prisionais e socioeducativas e outros serviços penais**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/11811-gmf-tjam-encerra-calendario-de-inspecoes-do-semester-com-17-acoes-realizadas-em-unidades-prisionais-e-socioeducativas-e-outros-servicos-penais>

- **GMF/TJAM inicia inspeção no sistema prisional do interior do Amazonas com ações em Itapiranga, Silves e Itacoatiara**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10655-gmf-tjam-inicia-inspecao-no-sistema-prisional-do-interior-do-amazonas-com-acoes-em-itapiranga-silves-e-itacoatiara>

- **GMF/TJAM inspeciona a Central Integrada de Acompanhamento de Alternativas Penais**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10573-gmf-tjam-inspeciona-a-central-integrada-de-acompanhamento-de-alternativas-penais>

- **No Amazonas, população LGBTQIAPN+ em privação de liberdade é atendida em mutirão**

<https://www.cnj.jus.br/no-amazonas-populacao-lgbtqiapn-em-privacao-de-liberdade-e-atendida-em-mutirao/>

- **TJAM conclui mutirão jurídico e social em unidades prisionais com 147 atendimentos de PCDs e idosos privados de liberdade**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/12683-tjam-conclui-mutirao-juridico-e-social-em-unidades-prisionais-da-capital-com-147-atendimentos>

- **Exposição “Libertarde” registra trabalho de inspeções no Sistema Prisional do Amazonas**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10761-exposicao-libertarde-registra-trabalho-de-inspecoes-no-sistema-prisional-do-amazonas>

- **GMF leva exposição fotográfica “Libertarde” à Comarca de Rio Preto da Eva**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/12094-gmf-leva-exposicao-fotografica-libertarde-a-comarca-de-rio-preto-da-eva>

- **Comarca de Itacoatiara recebe exposição “Libertarde” promovida pelo GMF**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/12783-comarca-de-itacoatiara-recebe-exposicao-libertarde-promovida-pelo-gmf>

- **Com o apoio do GMF/TJAM, unidades do AM participam da 3.<sup>a</sup> edição do evento "Caminhos Literários no Socioeducativo: pelo direito à cultura"**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/gmf-noticias/12113-com-o-apoio-do-gmf-tjam-unidades-do-am-participam-da-3-edicao-do-evento-caminhos-literarios-no-socioeducativo-pelo-direito-a-cultura-2>

- **Iniciativa do Amazonas com Projeto Audiências Concentradas é citado no Relatório do Programa Fazendo Justiça 2019-2024 do CNJ**

<https://www.tjam.jus.br/index.php/coij/noticias/13238-iniciativa-do-amazonas-com-projeto-audiencias-concentradas-e-citado-no-relatorio-do-programa-fazendo-justica-2019-2024-do-cnj>



# GMF

Grupo de Monitoramento e Fiscalização  
do Sistema Carcerário e Socioeducativo  
do Amazonas